

O DEVER DO CIDADÃO

14, VII. 58

Estamos a pouco mais de dois meses da eleição. E, no Rio Grande, de uma das mais importantes e decisivas eleições, não só para o Estado, mas também para o País. Ter-se-á, porém, consciência plena disto, conhecer-se-á, ao menos, a significação geral de semelhante ato? Eis o que fundadas dúvidas oferece, ainda mesmo no Estado que, com razão, se considera de todos o mais esclarecido politicamente. Pode-se encontrar paixão de partido, paixão muitas vezes desinteressada, mas consciência cívica, noção clara das conseqüências do ato eleitoral, já é cousa menos freqüente.

Para esta deficiente educação cívica, que no Rio Grande do Sul é verdadeiramente deseducação, pois estivemos outrora em melhores condições, concorreu poderosamente a longa ditadura getuliana e a demagogia que a acompanhou e até hoje lhe sobreviveu. Antigamente, estabelecia-se clara distinção entre o interesse pessoal e o coletivo e um não se sobrepunha ao outro. Hoje é completa a subversão, cada qual vota de acôrdo com os seus interesses e as suas paixões, sem a menor consideração pela coletividade de que é parte.

Os perigos desta deficiência cívica tornam-se muito mais graves neste regime, em que da eleição popular depende diretamente o governante e este exerce pessoalmente poderes desmedidos, quase absolutos. Uma escolha infeliz pode entregar, por vários anos, a um incapaz, a um energúmeno, a sorte da coletividade, a esta não restando outro recurso, senão arrependê-se do erro perpetrado e sofrer-lhe as conseqüências.

E' para este aspeto da questão eleitoral que desejamos chamar a atenção do eleitorado. O voto é um direito do cidadão e ninguém pode ser dele arbitrariamente privado. Melhor, é um direito por ser a expressão de um dever, o dever de prover ao bem comum. A ninguém é lícito dispor do voto como coisa sua, porque lhe cabe usá-lo como instrumento para benefício de todos. O voto é livre — sem liberdade não há voto — mas sendo livre, não é arbitrário: é uma função pública, que se exerce com uma finalidade determinada.

Basta isto a demonstrar que toda votação, quer se trate de eleger o prefeito do Município, quer o governador do Estado, quer o presidente da República, deve ser precedida de verdadeiro exame de consciência. Em quem votar, por que votar? — eis a questão que nem todos formulam claramente e ainda menos respondem acertadamente.

Para muitos, não passa a eleição de uma partida desportiva, mais ou menos empolgante, mas sem maiores conseqüências. Até apostas chegam a fazer sôbre o resultado, como se se tratasse de corridas de cavalos. Para outros é negócio, em que o voto se vende e compra, como qualquer mercadoria, ou serviço. De todas as depravações eleitorais esta é certamente a pior. Empregar mal o voto, dá-lo por paixão ou por interesse, é lamentável; vendê-lo, é simplesmente monstruoso. Carcomida nos seus fundamentos está a democracia em que tal comércio se faz. Há ainda eleitores, mas já não existem cidadãos.

Este vício não se conhecia no Rio Grande do Sul. Votava-se às vezes sob coação, falsificavam-se eleições, mas ninguém recebia moeda por seu voto. Esta peste que tomou conta do País, entrou no Rio Grande por ocasião do último pleito e parece estar grassando agora.

E' claro que nada há que esperar dos eleitores que se vendem. Pô-los na cadeia é o que caberia, se fácil fôsse comprovar-lhes o crime. Mas aos outros, aos que erram sem dolo, cumpre procurar esclarecê-los e pedir-lhes que reflitam sôbre as conseqüências do seu ato. Há-de parecer-lhe talvez que um voto, entre centenas de milhares, nada decide e que, por isto, podem dá-lo de ânimo leve. Mas é porque muita gente procede com tal leviandade ao praticar um dos atos mais importantes da vida coletiva, que o resultado das eleições tem sido desastroso.

Entretanto, dificultosa não é a opção no próximo pleito, em que se vai decidir a governança do Estado. Há dois, somente dois candidatos, o que facilita enormemente a escolha. E, além de dois sós candidatos, dois candidatos em tudo diferentes. Não há hesitação possível, ou ao menos, hesitação que possa durar. Hesitar entre êles, o mesmo seria que confundir o branco com o preto.

Não diremos agora qual seja o branco e qual seja o preto. Preferimos que por si os distinga o cidadão. O nosso desejo é que êle os examine e analise, nas suas qualidades pessoais e nos seus atributos políticos e, sem se deixar levar por interesses de pessoa, de grupo, ou de facção, se decida de acôrdo com a alta conveniência do Estado e do País. Este é o seu dever.